

## O DISTRITO DE ICOARACI E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO URBANO E REGIONAL AMAZÔNICO.

Dias, Mário Benjamin<sup>1</sup> & Silva, Maria de Jesus Benjamin da<sup>2</sup>

5 - Dinâmica Urbana

### RESUMO

O presente trabalho procura analisar o “Distrito administrativo de Icoaraci e sua inserção no espaço urbano metropolitana belenense a partir das transformações corridas no espaço regional amazônico, principalmente com as medidas impostas pelo Estado planejador ao implantar políticas públicas com a finalidade de integrar a região ao território nacional e “desenvolver” sob a égide do capital nacional e internacional. É mister destacar que por um longo período, a Amazônia manteve-se isolada do território nacional o que implicou em poucas mudanças em seu espaço regional e urbano, a não ser com poucas mudanças pontuais e isoladas associadas a própria dinâmica econômica regional.

Palavras chaves: Amazônia, Icoaraci, urbanização, região e Belém.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste trabalho é de analisar as transformações que ora ocorrem no espaço urbano do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) como resultantes da forma como as relações de produção capitalistas foram se desenvolvendo no espaço regional amazônico, estando intimamente relacionadas com a dinâmica econômica da sociedade brasileira, na qual o país passou a vivenciar a partir da segunda metade do século XX.

Como forma de articulação econômica, o Estado nacional promoveu: por um lado, a rearticulação econômica através de fusões e absorções de empresas para maior concentração do capital; e de outro, a incorporação de novas regiões ao espaço produtivo nacional, através de sua inserção à dinâmica capitalista.

No final dos anos 60, o espaço amazônico torna-se área de investimento do capital nacional e internacional. O Estado, enquanto o grande agente do planejamento, principalmente no econômico, para justificar sua aliança com as elites nacionais e internacionais, direciona suas ações para a exploração dos recursos naturais, carreando capitais das mais diferentes fontes (privados, nacionais e estrangeiros), para a sua efetiva exploração.

Como forma de concretizar seus objetivos para a Amazônia, o Estado realiza a abertura da fronteira agrícola; promove e financia pesquisas minerais com a finalidade de mapear os recursos e busca a transformação *in loco*. A implantação dos eixos rodoviários estimulou a mobilidade da força de trabalho, a circulação de mercadorias e de informações, sendo um fator determinante para ocupação do espaço regional e urbano, que entre outras conseqüências promoveu a criação de novas cidades e crescimentos e expansão das antigas que foram atingidos pelos projetos implantados na região. O Distrito de Icoaraci por sua localização geográfica, também foi objetos de políticas públicas territoriais, tendo em vista que em seu espaço foram implantadas um conjunto de indústrias culminado com a criação do Distrito Industrial de Icoaraci, tendo como conseqüência um afluxo populacional acelerando o processo de urbanização, produzindo um espaço segregado, delimitando, redefinindo o espaço urbano e marcando as contradições, os conflitos e antagonismos existentes no mesmo..

---

<sup>1</sup> Professor Dr. da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. [benjmain@ufpa.br](mailto:benjmain@ufpa.br)

<sup>2</sup> Professora Dra. Da Escola superior Madre Celeste – ESMAC. [mberjamindasilva@hotmail.com](mailto:mberjamindasilva@hotmail.com)

Apesar das transformações que vêm ocorrendo em seu espaço urbano, fruto do avanço do capital industrial produzindo o espaço num processo de produção e reprodução como condição e meio da reprodução do capital e das relações sociais que dão suporte ao mesmo. O distrito apesar de possuir uma estrutura industrial capaz de fazer inveja a qualquer município paraense, em Icoaraci ainda persiste o ar provinciano e o clima sereno e bucólico de suas ruas e praças e de sua população.

No contexto urbano de Icoaraci, as transformações resultaram numa paisagem urbana diferenciada, tal como vem sendo produzido o urbano nas grandes cidades, onde é marcante a segregação sócio-espacial e os problemas ambientais. Os contrastes e desigualdades são marcadamente evidenciados no espaço produzido, uns bairros mais bem equipados do que outros, refletindo em larga medida o padrão sócio-econômico de seus moradores, que contrasta.

No interior do núcleo urbano, outros problemas vêm comprometendo as condições de vida por falta de saneamento básico: os esgotos correm a céu aberto; o lixo se amontoa por todos os lados, as várzeas dos igarapés, que cortam o núcleo em várias direções, foram recentemente ocupadas por populações de baixa renda, com habitações insalubres, que lançam os resíduos domésticos e as águas servidas diretamente nos mesmos; a cobertura vegetal foi removida para diversos usos, comprometendo ainda mais o ambiente urbano.

#### **DA VILA DO PINHEIRO À DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BELÉM**

Ao Norte do Município de Belém, a mais ou menos 25 km do centro, localiza-se Icoaraci. É um distrito administrativo que, no final dos anos 60, não passava de um afastado “dormitório”; nas décadas seguintes cresceu a taxas relativamente elevadas e hoje é parte integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB), estando localizado em sua área de expansão. Icoaraci é quase tão antigo quanto Belém. As primeiras notícias que se tem do núcleo são do início do século XVII, quando as terras compreendidas entre o Igarapé Paracuri e Furo do Maguari foram doadas, por Carta de Data de Sesmaria, a Sebastião Gomes de Souza, sendo o marco de ocupação.<sup>3</sup>

De posse das terras, Gomes de Souza tomou as devidas providências no sentido de povoá-las: ali foram construídos os primeiros fogos (casas) a cavaleiro do rio. Passados cinco anos, Sebastião Gomes de Souza doou suas terras à Ordem dos Frades Carmelitas dos Pés Calçados, que, ao tomarem posse da mesma, ali fundaram duas Fazendas; São João do Pinheiro, na Ponta do Mel<sup>4</sup> e Nossa Senhora do Livramento, às margens do Igarapé Paracuri, onde instalaram uma olaria (dada à facilidade de aquisição de argila no local), e também iniciaram à extração de laterita, “Pedra Pará”, para construção, a criação de gado e víveres, assim como, possivelmente, a produção de cana-de-açúcar, canela, entre outros, como nas demais Sesmarias criadas neste período. Entretanto em 1750, o agrupamento de casas da fazenda Pinheiro passou a se chamar Santa Isabel do Pinheiro, e, com a saída das Ordens religiosas da Amazônia, no século XIX, o Presidente da Província Francisco Soares D'Andréia comprou as terras do Pinheiro para transformá-las em um Lazareto,<sup>5</sup> a ser administrado pela Santa Casa de

---

<sup>3</sup> - Segundo VALENTE. Em 1615, Francisco Caldeira de Castelo Branco, ancorou nessa porção de terras que avançava mar adentro, em busca de um local elevado e seguro, onde fosse possível construir uma fortificação para dar início a colonização e proteção Região Amazônica.

<sup>4</sup> - Segundo VALENTE. Em 1615, Francisco Caldeira de Castelo Branco, ancorou nessa porção de terras que avançava mar adentro, em busca de um local elevado e seguro, onde fosse possível construir uma fortificação para dar início a colonização e proteção Região Amazônica. In *Jornal Local (O Liberal, out./89)*.

<sup>5</sup> - Colônia para doentes portadores de Hanseníase, face ao isolamento que o lugar representava, o que impossibilitava a fuga para a cidade, assim como em decorrência da decadência em que se encontrava a colônia do Tucunduba.

Misericórdia do Pará. Diante dos poucos recursos de que dispunha para a execução do referido projeto, conseguiu, junto ao Governo Provincial, permissão para vendê-la, e, diante das dificuldades em encontrar comprador, o poder público decide que a mesma fosse arrendada em hasta pública.<sup>6</sup> O arrendamento, no entanto não deu os resultados esperados e diante da situação em que se encontrava o patrimônio, o governo decide transformar a Fazenda em um povoado.<sup>7</sup> Assim, tem início a transição da Fazenda Pinheiro<sup>8</sup> - à categoria de povoado de Santa Isabel, pelo Decreto Lei Nº 598, de 8 de outubro de 1869.<sup>9</sup>

Para a sua efetivação o Cônego e, então, Vice-Presidente da Província, Manoel José de Siqueira Mendes, ao assumir o governo, autoriza o aforamento da mesma, autorizando a demarcação e entrega dos terrenos aos Foreiros. Aquele governo mudou o nome do povoado para Santo Antônio do Pinheiro.<sup>10</sup>

Dessa forma, Siqueira Mendes foi pessoalmente ao local para supervisionar a demarcação.<sup>11</sup> A Lei 598 de 1869 em seu art. 2º determinava que os terrenos fossem medidos previamente, demarcados e arruados, e que fosse reservado o necessário para praças, edifícios e logradouros públicos, os restantes deveriam ser divididos em lotes, nunca menores de dez braças de frente, com cinqüenta metros de fundos.

Os lotes foram concedidos pelo Governo Provincial a título de aforamento perpétuo aos proprietários a preço de dez réis por braça quadrada, sendo a forma de pagamento realizada através de laudêmio (prêmio que o foreiro paga ao senhorio). Ademais, o referido governo orientava que fosse reservado um intervalo de oito braças entre os lotes rurais para serventia pública.<sup>12</sup>

A abertura das ruas do núcleo obedecia à disposição geomorfológica do terreno,<sup>13</sup> tendo se iniciado no topo desse terraço, expandindo-se para o interior e atingindo as várzeas alagadas e/ou alagáveis, com cotas em torno de cinco metros, ultrapassando-as e incorporando o nível mais alto de terraços acima de 15 metros do nível do mar.

Dessa forma, percebe-se que as condições topográficas de Icoaraci dificultavam a pavimentação de suas ruas, nos trechos interrompidos pelos cursos d'água, em suas áreas mais baixas; isso só veio a ser "corrigido" (aterrado), em grande parte, a partir da década de 1970, face às transformações que começaram a ocorrer no núcleo, com a elevação de seu efetivo populacional, alimentado por um fluxo de pessoas que para ali se dirigiam. Tendo em vista que as terras localizadas nas áreas secas e firmes eram de

---

<sup>6</sup> Em 1862, o alemão Adolfo José Kaufss aceitou arrendar as terras por um período de nove anos, ao valor de 500\$00 réis anuais, tendo por obrigação de arrendatário reconstituir e zelar pelas edificações existentes, que formavam o conjunto do patrimônio da Fazenda, sem ônus para o governo Provincial

<sup>7</sup> O traçado da nova povoação foi demarcado, assumindo a seguinte configuração espacial: oito quarteirões com 90 braças de comprimento cada, cortado por sete ruas e nove travessas com dez braças de largura.

<sup>8</sup> - "In Jornal" O Liberal 22/10/93

<sup>9</sup> - In Jornal local (JORNAL DE ICOARACI. out./1992. pg. 5).

<sup>10</sup> - A partir da segunda metade do século XIX, não se tem referência a respeito da Fazenda Nossa Senhora do Livramento; pressupõe-se que tenha sido incorporada à Fazenda Pinheiro.

<sup>11</sup> - Ofício de 24 de Outubro de 1869, do Presidente da Província Cônego Siqueira Mendes, autorizava, o Governo da Província a providenciar a medição e demarcação da Fazenda Pinheiro, e levantasse a respectiva planta, e fosse destinado a área de fundo, com 500 braças de frente por 1000 de fundos ou 500.000 braças. "In Jornal local (Jornal de Icoaraci 10/92 cad. 1:05).

<sup>12</sup> - In Jornal local (Jornal de Icoaraci, out. de 1992, cad. 0, p. 05)

<sup>13</sup> O esquadramento das ruas e travessas demarcadas, no início do século, devido às condições topográficas onde foi instalado o núcleo inicial - um terraço entre 6 a 15 metros de altitude do topo aplainado, sustentado por lateritas e coberto por areias, que corresponde ao nível Belém-Marajó, identificado por Pedro de Moura que o data do período Pleistoceno e estudado por (AB'SABER 1966, p.04); - tal nível de terraço é drenado por rios e igarapés que sofrem influência das marés.

maior custo, restava, naquele momento, à ocupação aquelas áreas baixas onde se instalaram indústrias, comércios, entre outros.

Entretanto a partir da segunda metade do século XIX, tem início um conjunto de transformações política, econômico, social, espacial, entre outras na região. Ocorreu a abertura do rio Amazonas à navegação internacional <sup>14</sup> em função da extração e beneficiamento do látex da *hévea brasiliensis*, para atender o mercado externo diante da nascente indústria inglesa, e posteriormente americana, inserindo a região em uma ampla Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A exploração e entrada do produto no mercado externo ocasionaram transformações profundas na cidade de Belém e nas demais cidades envolvidas no processo de extração do látex. (PENTEADO 1968, p.53), analisando esse período, afirma que:

A atração da borracha levou quase toda a população do Pará a uma vida artificial; importava-se tudo sem se importar com os preços; a borracha pagava tudo, muito embora ninguém notasse que os “ganhos de véspera” evaporavam-se no dia seguinte. Não havia quem fosse “braço trabalhador” que não se empregasse em atividade ligada à produção da borracha; só os das “classes inferiores” ainda preferiam a caça, a pesca e a “arriscadíssima extração do óleo e da salsa.

Essa fase vivenciada na Amazônia contribuiu para o desenvolvimento econômico, político, social, cultural, entre outros. Do ponto de vista das cidades, a fase da exploração fez com que houvesse uma proliferação de novos núcleos, que surgiam, para dar suporte a atividade extrativa.

Depois de proclamada a República, o núcleo inicial foi elevado ao foro de Vila com o nome de Pinheiro. <sup>15</sup> O Governo da Província tinha poucos recursos e a Vila era praticamente isolada da cidade de Belém; a única forma de comunicação entre elas era realizada por canoas a remo e/ou à vela, por via fluvial..

No Governo de Paes de Carvalho, em 1899, foram incorporadas à Vila do Pinheiro as terras do Tapanã e em 7 de janeiro de 1906, o núcleo inicial foi interligado a Belém por via ferroviária. <sup>16</sup> Foi a partir dessa época que a vila começou a ter maior expressão; embora nas primeiras décadas do século XX, a mesma não ultrapassasse a sua demarcação inicial, pequenas nucleações afastadas com feições rurais <sup>17</sup> já se faziam presentes, como das Águas Negras, Agulha, Brasília, vila dos Inocentes e Tapanã. <sup>18</sup>

A ligação ferroviária foi significativa para a Vila do Pinheiro, possibilitando uma maior fluidez tanto de pessoas quanto de mercadorias. Essas condições levaram as famílias tradicionais e de melhor poder aquisitivo de Belém, face às condições naturais ali existentes, privilegiaram a Vila como local de segunda moradia para recreação e lazer. Ali construíram suas residências, assim como as de algumas ordens religiosas com apurado bom gosto e estilo arquitetônico europeu, principalmente na parte mais antiga do núcleo, passando a ser denominado de balneário de Belém.

No conjunto de mudanças, a Vila do Pinheiro ganhou foro próprio, uma subprefeitura, posto policial, posto fiscal da fazenda estadual, agência de Correios e

---

<sup>14</sup> - Desde a ocupação até o século XIX, a política protecionista vigente, impedia a navegação estrangeira pelo litoral e interior, principalmente da Amazônia, face à cobiça internacional.

<sup>15</sup> - Por Lei Nº 324 de 06 de julho de 1889. In *Jornal Local (O Liberal 20/10/1989)*

<sup>16</sup> Foi através do ramal da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB), denominado de Ramal do Pinheiro, possibilitando acesso por via terrestre.

<sup>17</sup> Estas não passavam de aglomerados de casas distantes do que era o núcleo inicial, isolados uns dos outros com predominância da cobertura florestal.

<sup>18</sup> Em realidade o Tapanã era uma espécie de colônia para higienização de migrantes (morada dos arigós) a serem distribuídos pelos núcleos de colonização planejados pelo Governo do Estado.

Telegrafo e uma estação de trem, passando a assumir papel de destaque como fornecedora de gêneros alimentícios (peixes, mariscos, agricultura de subsistência realizada na ilha do entorno, produtos da cultura de fundos de quinta),<sup>19</sup> assim como a instalação do Matadouro em 1913, que abastecia a cidade de Belém com carne bovina. Em pouco tempo proliferaram e prosperaram as olarias (telhas, tijolos, louças de cerâmica), espalhadas pelas várzeas dos rios e igarapés existentes no núcleo.

Entretanto, a partir das primeiras décadas do século XX, a economia gomífera entre em declínio diante da concorrência da borracha inglesa produzida em suas colônias na Ásia. Com a crise econômica as atividades foram orientadas para outras atividades, como a agricultura, o extrativismo de outras espécies vegetais e para uma atividade fabril relacionada ao beneficiamento de produtos regionais

Em relação ao extrativismo vegetal, entra no circuito comercial a coleta e beneficiamento das sementes oleaginosas, principalmente a Castanha-do-pará, nos moldes da exploração da borracha, mantendo-se os barracões no local da coleta e o beneficiamento nas principais cidades, principalmente Belém com a instalação das usinas de beneficiamento da mesma, passando a se localizar as margens dos rios existentes na cidade. Nessa época a vila do Pinheiro passou a concentrar usinas de beneficiamento de castanha e outras atividades industriais como de fabricação de sabão, extração de óleo de andiroba, babaçu, mumurumu, beneficiamento de madeiras, estaleiros de embarcações fluviais, curtumes, entre outros.

Penteado (1968), ao se referir ao núcleo, afirma que a estruturação urbana já obedecia a uma nova lógica no seu esquadramento, diferente do que fora colocado em prática, no início da colonização, em Belém, com ruas estreitas e tortuosas. Neste, já se colocava o clássico tabuleiro de Xadrez, como ocorria amplamente em outros núcleos,<sup>20</sup> uma herança da colonização portuguesa, com amplas ruas e quarteirões.

## 2.2 A INTEGRAÇÃO DE ICOARACI NO CONTEXTO METROPOLITANO.

Grandes transformações urbanas começaram a ocorrer no espaço da Vila do Pinheiro, principalmente a partir da década de 1940. Em 1943, a Vila e suas terras integraram como Distrito, o Município de Belém.<sup>21</sup> Esse fato foi importante, tendo como ações decisivas à criação de alguns serviços e equipamentos urbanos.

Essas transformações em seu espaço estiveram relacionadas a alguns fatores: o local sempre serviu de ponto de concentração de pessoas das regiões das ilhas e ribeirinhos que para ali se deslocam com objetivo de comercializarem sua produção; ter acesso a serviços e equipamentos urbanos capazes de atender essa população carente de toda sorte de serviços, e que procuram, no distrito, satisfazer suas necessidades básicas.

Enquanto isso, o núcleo urbano expandia-se para o interior, nos sentidos Leste e Sul, uma vez que para Norte e Oeste existe o impedimento natural a sua expansão, representado pela baía de Guajará e o Furo do Maguari. A expansão urbana ocorreu, ocupando os miolos das quadras, até então desocupadas e anexando os antigos aglomerados com fisionomia “rural” ao seu espaço urbano.

---

<sup>19</sup> - Cultivo de frutas regionais como: cacau, pupunha, jambo, manga, goiaba, abacate, ingá, açaí, entre outros.

<sup>20</sup> - (PENTEADO, 1968, p.371)

<sup>21</sup> - A transformação das terras e da Vila do Pinheiro em Distrito de Belém, ocorreu em 1943 através do Decreto Lei Nº 4.505 de 30 de Dezembro do mesmo ano que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado, sancionado pelo O Interventor Federal Cel. Joaquim de Magalhães Barata, que ascendeu ao poder pela Revolução de 1930.. In Jornal local (Jornal de Icoaraci 1992)

A partir dos anos 60, o distrito de Icoaraci experimenta uma metamorfose em seu espaço, quando tem início o fornecimento de energia elétrica de forma contínua, sem interrupção, além da instalação de equipamentos de consumo coletivo, como novas escolas, a construção do primeiro conjunto habitacional da COHAB-PA. Nesse período foi realizada a abertura e pavimentação da rodovia Augusto Montenegro, que passou a ligar Icoaraci a Belém pelo interior do núcleo urbano, oportunizando um maior fluxo de pessoas, mercadorias e capital para o distrito. A mesma foi projetada como forma de viabilizar o fluxo de mercadorias e de pessoas, tanto para Belém como para Icoaraci, o que de fato ocorreu e, posteriormente, servir como via de escoamento da produção do distrito industrial ali criado. Estas transformações desencadearam a pavimentação e abertura de novas ruas, instalação de instituições bancárias, atividades de saúde, comerciais, serviços etc., possibilitando um novo momento em seu crescimento.

Entretanto na década de 1970 o distrito passou a vivenciar um amplo processo de atividades indústrias com a instalação de indústrias ao longo da Rod. Arthur Bernardes e no interior do núcleo, à margem esquerda do Furo do Maguari, expandindo-se pela Rodovia Augusto Montenegro, assim como, -se, na década de 1980, ocorreu a instalação do distrito industrial de Icoaraci. Esse processo ocasionou a uma maior mobilidade da força de trabalho elevando o efetivo populacional. Esses fatos não ocorreram de forma isolada, mas inseridos num contexto mais amplo que é o da região, quando os governos pós 64, ao assumirem o poder, viabilizaram a inserção do capital nacional e internacional na Amazônia. Essas medidas proporcionaram a grupos nacionais e estrangeiros se instalarem na Região. Destes, alguns se localizaram preferencialmente no distrito de Icoaraci, fundamentalmente nos setores voltados às atividades industriais, e ao beneficiamento de matérias-primas regionais, em função de alguns fatores: - sua posição geográfica excelente tanto em relação à Belém, da qual está distante 18 km de seu centro, quanto por sua localização de frente para a baía de Guajará e às margens do Furo de Maguari, possibilitando tanto o recebimento de matérias-primas, como o escoamento da produção; por dispor da infra-estrutura urbana de Belém, como o Porto, Aeroporto, Bancos, Escritórios, entre outros; e apresentar uma concentração populacional relativamente disponível a ser inserida no mercado de trabalho.

Esses empreendimentos foram amplamente beneficiados com recursos financeiros do Estado disponibilizado por intermédio da SUDAM e BASA, que eram os órgãos responsáveis em promover o tão sonhado desenvolvimento regional por meio de planos, programas e projetos via incentivos fiscais e creditícios. Esses incentivos foram programados com a implantação do 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e 2º PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia) que preconizavam de forma geral o desenvolvimento da atividade industrial no Brasil e em particularmente o da Amazônia). Como concretização dessas ações foi criado o PGC (Projeto Grande Carajás), em seus objetivos mais gerais preconizava a instalação de distritos Industriais no entorno de Belém que fossem capazes de gerar novos empregos e, por conseguinte, o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém (RMB). Assim foram projetados os distritos industriais de Icoaraci e de Ananindeua, bem como a transferência e/ou instalação de novos empreendimentos industriais, redefinindo novos usos e novos espaços na RMB, tendo em vista que a Lei do Uso do Solo Urbano, em vigor no Município de Belém, já previa a instalação de grandes e médias indústrias, assim como de pequenas poluentes, fora dos limites da cidade.

Foi nesse contexto que Icoaraci passou a experimentar uma segunda fase de industrialização em seu espaço. Estas ali se instalaram em razão das condições geográficas, aliadas a uma concentração de mão-de-obra disponível a serem inseridas na

lógica produtiva, tornam o distrito, no contexto metropolitano, um espaço concentrador de estabelecimentos industriais diversificados voltados especialmente ao beneficiamento de madeiras, pescados, amianto, estaleiros e indústrias navais, entre outras).

Essas atividades contribuem cada vez mais para atrair contingentes populacionais, que procuram distrito, alternativas para sua reprodução enquanto ser e membro de uma determinada sociedade. Assim, em 1991 a população atinge o número até então inimaginável de 280.505 habitantes, correspondendo a 22,48% da população municipal belenense.

Neste sentido, por sua condição de distrito administrativo de Belém e sem autonomia econômica e política, Icoaraci atualmente resente-se de um projeto voltado para suas potencialidades e necessidades sociais, capaz de implementar um desenvolvimento e possibilitar melhores condições de vida à maioria de seus habitantes. Por outro lado, o fato de ter atraído populações das mais diferentes origens e na ausência de solo urbano para construção de habitações fez com que massas de trabalhadores passassem a ocupar áreas inóspitas e inadequadas, com habitações insalubres, nas periferias cada vez mais longínquas, assim como nas áreas baixas alagáveis, ao longo dos igarapés que cortam o núcleo em várias direções, alterando suas condições naturais, transformando-os em depósitos de resíduos domésticos, e contribuindo para a proliferação e disseminação de doenças, que comprometem ainda mais o ambiente urbano já bastante caótico e a qualidade de vida da população. Nesse sentido, entendemos que apesar das indústrias, gerarem um dos maiores ICMS da Região Metropolitana, o mesmo não retorna na forma de benefícios ao distrito e sua população, ocasionando desequilíbrios no processo de uso, ocupação e expansão do espaço urbano e aprofundando as contradições sócio-espacial em Icoaraci.

O distrito vem ampliando o seu espaço urbano; o mesmo não acontece com os serviços e equipamentos de consumo coletivos, que não acompanham esse crescimento, submetendo uma parcela significativa da população a condições precárias de sobrevivência. De acordo com a reportagem do Jornal local (JORNAL DE ICOARACI, out. 1992, p. 01): “A metamorfose para cidade dormitório impôs-se como ônus pela proximidade de Belém, forjando uma consciência generalizada de que a vila não passa de um bairro, e, como tal, não merece tratamento diferenciado das autoridades constituídas”. Essa situação se manifesta em larga medida pelo não investimento em saúde, educação, saneamento, transporte etc.

A instalação de indústrias, principalmente naval e madeireira, já começa a gerar outros problemas no meio urbano, pois, ao elaborarem seus produtos, lançam no ar resíduo sólidos como serragens e fragmentos de ferro (limalha). Na indústria de construção naval, os trabalhadores operam com lâminas de ferro, num processo de lixagem feito com jatos de areia, poluindo o ar e provocando problemas respiratórios nos trabalhadores e na população residente no seu entorno, além, é claro, da poluição sonora, diuturna infernal já que os estaleiros navais operam em turnos por 24 horas diárias. Como não existe um planejamento para disciplinar o uso do solo e os danos ambientais, e alguns desses empreendimentos localizam-se no interior do núcleo urbano, isto permite caracterizá-lo como de uso misto ou polifuncional, com função portuária, residencial, comercial e industrial, de lazer, entre outras.

Apesar das transformações que vem ocorrendo em seu espaço urbano, fruto do avanço do capital industrial sobre o espaço preexistente, num processo de produção e reprodução do espaço como condição e meio da reprodução do capital e das relações sociais de produção, este ainda não foi transformado completamente, como noticiou o jornal local (O LIBERAL 1990, p.07

(...) dono de uma estrutura industrial capaz de fazer inveja a qualquer município paraense, Icoaraci, contudo não perde o ar provinciano e o clima sereno e bucólico de suas ruas e praças. Abrigando uma extensa produção artesanal, vendida para todo o país e exterior, Icoaraci é também uma grata opção de lazer. A qualquer hora do dia ou da noite, a orla fluvial da vila é procurada em função dos restaurantes, da tradicional água de coco ali vendida ou pelas barraquinhas instaladas nas areias da praia do Cruzeiro - um ponto de referência do Distrito.

O que permite-nos afirmar que o capital industrial ainda não conseguiu capturar ou aniquilar totalmente formas passadas, convivendo aparentemente com elas de forma harmoniosa, no local. Como no aparente, na maioria das vezes, não percebemos a essência; é necessário adentrar a aparência, para desvelar o que ela oculta/esconde. A forma como vem sendo produzido e reproduzido, o espaço urbano local está prenhe de contradições e antagonismos, ela mascara o que está por detrás do processo recente de industrialização, ocultam-se privilégios e interesses que não são revelados à população, quando não aparecem como positividade, levando, muitas vezes, a população a sair em defesa dos mesmos. Para a população, essas indústrias aparecem como possibilidade de gerar novos empregos, não se importando em que condições esta opere, que problemas sociais e ambientais poderão advir, qual retorno poderá gerar em termos de investimentos sociais.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do distrito de Icoaraci a metrópole paraense foi um processo marcado por avanços e recuos. Do ponto de vista do crescimento econômico, foi positivo por ter possibilitado o incremento de atividades econômicas possibilitando a criação de posto de trabalho nas industriais, comércio e serviços, ocasionando uma maior circulação de pessoas, capital, mercadorias e informações, redefinindo o espaço num intenso processo de produção e (re) produção do mesmo. Tal processo ocasionou a ligação física entre a cidade de Belém e o distrito de forma contínua. Como consequência de tais processos ocorreu a diversificação de sub-centros comerciais, que acompanham o crescimento populacional e passam a competir com o centro tradicional, cada vez mais distante das populações que ocupam as áreas mais longínquas, passando aquele a ser mais freqüentado pela população residente na parte mais central do núcleo e de Belém. Estes serviços, aliados à concentração de indústrias, tornam Icoaraci um dos espaços mais importante da RMB.

Entretanto, o espaço urbano em processo de transformações resultou numa paisagem urbana diferenciada, tal como vem sendo produzido nas cidades capitalistas, onde é marcante a segregação sócio-espacial e os problemas ambientais. Os contrastes e desigualdades são marcadamente evidenciados no espaço produzido, uns bairros mais bem equipados do que outros, refletindo em larga medida o padrão sócio-econômico de seus moradores, que contrasta com as áreas periféricas, caóticas e de infra-estrutura deficiente, onde se localiza a maioria das indústrias, que atuam predominantemente nas áreas do distrito industrial, nas rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro, e na fachada do núcleo que margeia o furo do Maguari.

De forma geral, as mudanças que vem ocorrendo no espaço urbano têm relação direta com a atividade industrial, a expansão urbana de Belém, as políticas impostas à Região, entre outras, sendo os responsáveis pelo crescimento demográfico de Icoaraci e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento do comércio e serviços. É como afirma (BAER et alii (1976, p. 03): “A indústria cria diretamente empregos de mais alta produtividade; além disso, é responsável indiretamente pela criação de empregos complementares no setor serviços”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(AB'SABER Aziz Nacib. **Superfícies aplainadas e terraços na Amazônia.** Geomorfologia N° 04 São Paulo-SP: Instituto de Geografia-USP, 1966.

BAER et alii (1976,

Decreto Lei Nº 598, de 8 de outubro de 1869

DIAS, Mário Benjamin. **Industrialização e a produção do espaço urbano de Icoaraci, Belém-Pa.** São Paulo: FFLCH, 1996. Dissertação de mestrado 230 p. mimeografada..

PENTEADO, **Estudos de geografia urbana.** Belém-PA: UFPA - Coleção Amazônia Série José Veríssimo UFPA, 1968.

O LIBERAL 1990 p.07

JORNAL O Liberal, out./89.

JORNAL DE ICOARACI, out. 1992, p. 01

VALENTE José. **Sinopse**